

Educação para a diversidade de gênero e sexualidade: refletindo sobre práticas e discursos

Education for Gender and Sexuality Diversity: Reflecting about Practices and Speeches

Marta Gouveia de Oliveira Rovai¹

¹ Universidade Federal de Alfenas - martarovai@gmail.com

Recebido em 19 de Setembro de 2017; Aceito em 16 de Novembro de 2017.

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar breve reflexão sobre as discussões que envolvem as questões de gênero e sexualidade, sob a perspectiva das identidades e do protagonismo na defesa dos direitos, do feminismo e do movimento LGBT, entendendo-os a partir das interseccionalidades de classe, raça e etnia. Procura pensar sobre os perigos de certa arrogância militante e intelectual quanto à autoridade para dizer ou indicar a quem cabe discursar sobre as práticas e saberes. Aponta para a necessidade de se construir uma educação voltada para se pensar a polifonia, a discordância e a diversidade existencial, enfrentando o paradoxo, apontado por Joan Scott, que comporta a igualdade e a diferença como desafios complementares e não excludentes.

Palavras-chave: gênero. sexualidade. educação. diferença. igualdade

Abstract

This article aims to present a brief reflection on the discussions that involve the issues of gender and sexuality, from the perspective of identities and protagonism in the defense of rights, feminism and the LGBT movement, understanding them from the intersectionalities of class, race and ethnicity. To think the dangers of a certain militant and intellectual arrogance as to the authority to say or to indicate to whom it is possible to speak about the practices and knowledge. It points to the need to construct an education aimed at thinking about polyphony, discordance and existential diversity, facing the paradox pointed out by Joan Scott, which brings equality and difference as complementary and non-exclusive challenges.

Keywords: gender. sexuality. education. difference. equality

Apresentação

Cena 1 – Na mesa ao lado, na Universidade, quatro jovens conversam sobre a violência de gênero sofrida por uma colega. A estudante afirma: “Fulana apanha e volta sempre para casa. Merece sofrer”. A amiga confirma: “Mas tem mulher que gosta de apanhar!”

Um dos meninos volta-se, indignado, e pergunta a elas: “Vocês sabem sobre a experiência dela? Se ela tem medo? Se ela tem filhos? Se ela depende dele?... Vocês são mulheres e não entendem isso?!”

Cena 2 – Um estudante me diz que é casado com uma feminista e que não pode falar sobre mulheres, pois somente elas podem falar de si. Eu lhe digo que todos podem falar sobre homens e mulheres; todos devem dialogar sobre as relações de gênero. Ele me diz: “Então, você não é feminista!”

Cena 3 – Um discente me conta: “Professora, eu disse a uma amiga que eu sou feminista. Ela me disse que jamais serei feminista porque não sou mulher.”

Cena 4 – Uma militante feminista afirma, numa conversa, que transexuais são homens querendo ser o que jamais serão. Sempre serão homens e, por isso, não são aceitos pelo movimento feminista.

Cena 5 – Um transexual masculino me pergunta: “Agora que meu corpo tem características masculinas, tornei-me um dominador das mulheres?”

Cena 6 – Após um debate sobre a “libertação sexual feminina”, na Universidade, uma jovem se aproxima e me diz: “Militantes feministas me desprezam porque digo a elas que quero casar virgem. Quem pode falar do meu desejo?”

Cena 7 – Uma discente, pesquisadora de mulheres que sofrem violência de gênero, me conta sobre a resposta de uma de suas entrevistadas, ao pedir que falasse de sua condição de vítima: “Não quero falar somente sobre a violência. Quero falar de outras coisas: dos meus filhos, dos meus sonhos, da minha vida. Quando você pede pra eu falar da minha condição de vítima; quando você só me vê assim, ajuda a me violentar mais ainda.”

As breves narrativas acima são alguns exemplos de situações por mim observadas na Universidade Federal de Alfenas e que representam inúmeras experiências que vivenciamos todos os dias nas escolas e diferentes espaços educativos, cada vez mais marcados pelas demandas por direitos ligados às questões de gênero e de sexualidade e por organizações que crescem em torno da bandeira do feminismo. Elas demonstram como as vivências múltiplas colocam sob a dúvida muitas das convicções e generalizações que parte da intelectualidade ou da militância insiste em defender e que se relacionam à naturalização de comportamentos e certa exclusividade quanto ao protagonismo nos movimentos sociais. Pensando na multiplicidade de sujeitos com os quais convivemos todos os dias e na necessária discussão sobre as diferenças dentro das diferenças, neste artigo procuro questionar algumas dessas certezas e apontar possíveis perigos na opção em limitar o diálogo sobre as pautas feministas e LGBT a determinados grupos. A partir disso, procuro contribuir com algumas provocações, buscando, ainda, pensar caminhos para uma educação voltada aos direitos humanos, em especial aos debates de gênero e sexualidade.

Quando alguém torna-se mulher ou homem?

A frase de Simone de Beauvoir afirmando “Que ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, nas décadas de 1950 e 1960, colocou em alerta os setores mais conservadores da sociedade, evidenciando que o gênero não era algo natural, mas naturalizado pelas relações socioculturais que submetiam mulheres a homens; um processo constante de transformação e construção direcionada por normas que atravessavam os valores e comportamentos amorosos, familiares e geracionais.

As apropriações das ideias de Beauvoir pelo movimento feminista, na década de 1960, serviram como suporte para questionar relações privadas, os corpos femininos e masculinos e as subjugações e hierarquizações familiares, além de construir pautas e lutas que se alargam cada vez mais, para além dos pensamentos da filósofa francesa. A categoria mulher foi pluralizada de forma cada vez mais complexa, atravessada pelas dimensões sociais, sexuais, raciais, étnicas e políticas. “Tornar-se mulher” passou a implicar processos de constituição muito diversos, muitos deles desprezados por uma cultura ocidental majoritariamente binária, heteronormativa e machista.

Esta ideia, tão debatida ainda hoje, ganhou contornos cada vez mais labirínticos e múltiplos, ampliando-se para as dis-

cussões em torno também do processo de “tornar-se homem”, entendendo os gêneros como construções, para além do nascimento, do sexo e da corporeidade, e entrelaçando-se a questões como as masculinidades, a homo, a bi, a inter e a transexualidade, todas inseridas no âmbito do subjetivo, do prazer e do afetivo e, ao mesmo tempo, na dimensão performática, política e conflituosa da cultura. Sobre esse rompimento das fronteiras binárias, afirma Guacira Louro:

No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e - o que é ainda mais complicado - admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambiguidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver (LOURO, 2004, p.21).

Nesse sentido, estamos diante de desafios constantes, incorporados a inúmeros movimentos que ultrapassam as fronteiras de gêneros e a uma diversidade de indivíduos e grupos que se colocam “entre-lugares” (homens e mulheres hifenados, para adaptar uma expressão de Homi Bhabha¹), que exigem nova gramática para suas vivências e também novas atitudes. A concepção de que alguém, em algum momento, se torne determinada categoria foi criticada por Judith Butler (2003) ao considerar que estamos em constante transição e formação e nunca nos tornamos, de fato, substantivos. Diante desse deslocamento na concepção de gênero, é preciso pensar que estamos sempre em movimento e que há uma polifonia dissonante dentro das categorias com as quais trabalhamos. Isso exige que se crie uma comunidade de ouvintes para que as particularidades sejam compreendidas, não apenas em suas nomeações de gênero ou de sexualidade, mas como próprias de sujeitos afetivos, sociais e de direitos, com suas marcas e demandas. Isto coloca em debate a problemática da representatividade e protagonismo nos movimentos.

Conter as arrogâncias, mediar o diálogo

Mediar espaços e diálogos sobre as questões relacionadas sobre a existência humana com dignidade não é “dar voz” a nenhum grupo ou indivíduo; nem representa-los. A expressão “dar voz”, muito usada hoje em dia por intelectuais e militantes bem intencionados, pode expressar certa arrogância, por estes acreditarem que a partir de suas ações alguém tenha autorização ou a chance de falar sobre si. “Dar voz” parece expressar conveniente autoridade a algumas pessoas para permitir que o “outro” diga, como se fosse incapaz de falar, pensar e refletir sobre suas experiências, desejos e dores, a não ser no momento em que lhe dissessem para fazê-lo.

O processo ao qual chamamos de silenciamento dos oprimidos não se trata do apagamento de sentimentos, expectativas e de vozes que dizem todos os dias, em pequenos espaços e grupos, com linguagens e referências que se recriam sempre. O fato de não vermos o visível não significa que ele não esteja lá, com todas as suas fragilidades e forças. Da mesma forma, precisamos problematizar os termos que usamos para definir grupos que denominamos como “os de baixo”, “os excluídos”, “os marginalizados”. É assim que eles nomeiam a si mesmos e analisam suas trajetórias?

Sem negar, em nenhum momento, que as relações de dominação, preconceito e discriminação sejam predominantes, que as desigualdade raciais, de gênero e de classe existam, violando o direito à dignidade humana, precisamos entender como cada qual vive a sua subjetividade, pensa, nomeia-se e narra sobre si. Como indivíduos e grupos se organizam para valorizar a sua existência? O que querem eles dizer e reivindicar? Nesse sentido, são eles que devem ser protagonistas de suas ações e da tomada de palavra, mediados e ampliados por ações conjuntas com outros grupos, numa constante “relacionalidade” Isto implica sempre um esforço, da parte de quem ouve - e é esta a grande questão,

¹ Homi Bhabha (2010) usa os termos “entre-lugares” e “hifenados” para referir-se à situação do colonizado, em deslizamento contínuo de identidade e hibridez. Aqui procuro pensar os gêneros e sexualidades em seu “deslizamento” subjetivo e identitário em meio à sociedade heteronormativa.

ouvir para agir conjuntamente! – para perceber as peculiaridades, as nuances e os conflitos em cada lugar, sem universalizar o que pode ser díspare ou particular. Para Joan Scott (2005), o grande desafio é, infindavelmente, lidar com o paradoxo de se pensar e de se defender a igualdade na diferença e a diferença na igualdade:

(...) não existem soluções simples para as questões, debatidas calorosamente, da igualdade e da diferença, dos direitos individuais e das identidades de grupo; de que posicioná-los como conceitos opostos significa perder o ponto de suas interconexões. Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos. (SCOTT, 2005, p. 12).

Para ela, precisamos refletir sobre como a defesa e a luta política pelo direito de grupos – muitas vezes definindo-os e enquadrando-os para melhor serem entendidos politicamente – pode desrespeitar os indivíduos, submetendo-os às categorizações e reforçando estigmas. Assim, corre-se o risco de, para defender a mulher ou mesmo as mulheres, excluir transexuais ou bissexuais, entendidas, muitas vezes por parte do movimento feminista, como “exógenas”, a partir de concepções tão naturalizadas, normatizadoras e binárias quanto às dos grupos a quem se combate politicamente.

A desconstrução total e a individualização dos direitos também pode, por sua vez, significar o perigo de diluição das demandas coletivas e do posicionamento político contra setores conservadores, machistas ou homofóbicos, reduzindo questões como discriminação, preconceito e violência a problemas individuais e apolíticos, quando não são. Diferença e igualdade não são categorias ou lutas que se opõem. São partes de um grande e interminável impasse, mas que necessita ser enfrentado a todo momento. Dessa forma, a abertura para o diálogo e para a escuta sensível é sempre um caminho para entender vocabulários, vivências, identidades e referências que não aquelas com as quais estamos acostumados ou com que necessariamente concordamos; aquelas que não vão ao encontro de nossas convicções, mas que exigem o direito de se dizer. Isso significa o deslocamento de concepções de gênero centralizadas num discurso universal anti-homofóbico, anti-patriarcal e dominador - válido para todos os tempos, lugares, sujeitos e experiências - para uma postura que não condene, vitimize ou heroifique, nem pense pessoas pré-concebidas e substancializadas.

Os perigos das universalizações de gênero e sexualidade

Judith Butler (2003) chamou a atenção para os perigos que as universalizações de gênero podem provocar. Não apenas as reificações de gêneros constituídas pelos discursos e normas heteronormativas, como também as cristalizações identitárias construídas por práticas e retóricas feministas para definirem as categorias mulher e homem. Para Butler, os usos políticos das generalizações podem provocar, ao mesmo tempo, exclusões, privilégios e hierarquizações, que também colaboram para reafirmar relações de poder, uma vez que constituem padrões para comportamentos “de luta” que podem encobrir e rejeitar diferenças. É a este aspecto que precisamos atentar quando nos colocamos como militantes ou estudiosos dispostos a combater qualquer forma de opressão de gênero e de sexualidade.

Preocupados em legitimar pautas e torná-las justas, selecionamos características, sejam físicas ou comportamentais, para nomear e definir mulheres e homens, dizer quem é masculino ou não, autêntico ou não, feminista ou não, reafirmando valorações binárias e desconsiderando as inúmeras diferenças que atravessam e comportam outras diferenças. Ao tratar o feminismo, por exemplo, como uma luta própria de certo substrato natural e não naturalizado, para marcar aspectos em detrimento de outros (todos construídos culturalmente), podemos contribuir para reforçar outras exclusões. Raewyn Connell (2016, p.232-233) cita exemplos desse autoritarismo naturalista de certas feministas que consideram a “transexualidade como invasão necrofílica dos corpos e espíritos femininos” (Robin Morgan e Mary Daly); “paródias da feminilidade e invasores masculinos do espaço feminino que não deveriam existir” (Janice Raymond) e os transexuais como “homens mergulhados na ilusão”, incapazes de escapar à corporalidade (Elisabeth Grosz).

Uma postura anti-essencialista que, de outra forma, apague as especificidades das lutas feministas e LGBT em sua história, também pode parecer perigoso. Dizer que os sujeitos não são substâncias, como afirmou Butler, não significa diluí-los nem desprendê-los das necessárias organizações sociais e políticas pelas quais se fazem representar e se empoderar. É fundamental, no entanto percebê-los sempre em movimento e em processo de negociação polifônica, não exclusiva de alguns.

O protagonismo e “empoderamento” de comunidades não significa interromper o debate com o diferente, nem reduzir-se a um diálogo com os pares, alimentando-se a convergência e as afinidades apenas. Não significa, ainda mais, querer silenciar a divergência e negligenciar a experiência daquele a quem chamamos de “outro”. Dar-se o direito de apontar quem deve falar sobre quais sujeitos pode se converter numa maneira de atribuir o consentimento de dizer; procurar definir a identidade do outro tendo a si mesmo como referência é tão cruel quanto a intolerância que se quer rebater. Daí o sentido da crítica de Butler (2003, p.20-22) dirigida ao movimento feminista, criticando-o como aquele que, em nome da libertação possa aprisionar os sujeitos a quem diz defender, enquadrando e pré-definindo quem é legitimamente digno ou não de fazer parte da luta social e política. Berenice Bento também aponta para uma visão restrita e autoritária de certo feminismo que, para legitimar-se, cala o outro:

Este tipo de feminismo passou a ser propriedade de algumas mulheres que se veem como porta vozes de todas as mulheres. O “nós feministas” tornou-se uma marca autoritária. Você não pode falar porque é homem; você não é feminista porque é puta; você não é feminista porque defende os homens; você não é feminista porque quer desestabilizar a luta feminista com a presença de mulheres de pênis. Eis algumas das interdições recorrentes (BENTO, 2011, p. 95)².

Afinal, o que é o feminismo? Um ponto de partida pelo qual provocamos debates, refletimos sobre as diferenças dentro das diferenças, as interseccionalidades que nos tornam tão complexos? Ou um ponto de chegada, que talvez seja nós mesmos; certo status de militância, o poder de legitimar demandas, práticas, pessoas e discursos, reforçando uma visão restrita de mundo? Sobre esta segunda leitura, Berenice Bento afirma que

A produção da mulher hiper-real responde mais a uma demanda de manutenção de determinadas posições de prestígio de feministas que operam seus modos operandi pela matriz heterossexual do que por uma busca em desconstruir e problematizar, ou seja, pôr em questão as dinâmicas sociais que produzem os gêneros inteligíveis. O que significa que o velho binarismo estruturalista nunca esteve tão em voga e tão poderoso como agora. Ele está no Estado, em suas políticas, está na militância. Margem versus centro, dominado versus dominador, homem versus mulher, homossexual versus heterossexual. Eis apenas alguns dos binarismos. A única diferença possível é o plural de dois (BENTO, 2011, p. 100).

Se escolhermos o primeiro caminho, há espaço para o diálogo, para o dissenso e para o aprendizado constante, percebendo a nós mesmos como inacabados. O chamado pós-feminismo, assim chamado por Judith Butler (2003), por Beatriz Preciado (2014) e Raewyn Connell (2016), teóricas da Teoria Queer, pode ser entendido como uma série de práticas e também teorias que não se opõem ao feminismo, mas o colocam no plural, enriquecido pela diversidade, para além de um posicionamento que, muitas vezes, somente corrobora o binarismo branco e heterossexual, excluindo tantas formas de viver, pensar, desejar e existir.

Não apenas em relação ao feminismo, mas também na direção dos direitos relativos a gênero e sexualidade (como as pautas LGBT e a própria educação nos espaços educativos), é fundamental rever o poder que determinados grupos têm para nomear e narrar em nome de outros, uma vez que as identidades não são essenciais, mas “performadas” e negociada. Não se pode solapar a oportunidade de contribuição que negros e negras possam trazer para as masculinidades e feminilidades; que experiências e pautas LGBT possam acrescentar às questões feministas, não necessariamente no sentido da convergência e harmonia, mas de um dissenso que sirva para que os grupos iluminem uns aos outros, não apaguem a história diversa nem criem inimigos pré-concebidos. As intersecções entre gênero, raça, etnia, classe e religiosidade são indispensáveis para se pensar os direitos humanos e a luta por eles.

²Palestra proferida por Berenice Bento. Disponível em www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/APolíticaDiferençaBereniceBento.doc

O desafio do paradoxo igualdade/diferença na educação

A defesa de direitos humanos, a partir da ideia de igualdade, não pode servir para universalizar condutas e relações humanas, apagando a diversidade. Deve implicar, isso sim, em refletir e debater caminhos capazes de abarcar múltiplas demandas, interseccionalizadas, a partir de experiências concretas que não podem ser reduzidas a uma identidade de gênero ou sexualidade a-histórica representativa de todos.

A prática da educação, a militância e os nossos trabalhos acadêmicos devem voltar-se para essa discussão, inserindo-a em currículos e intencionalidades políticas, e também para além deles, considerando a possibilidade de tamanha diversidade de pessoas e direitos, permeando as múltiplas relações e espaços educativos, estimulando a escuta, o confronto de ideias e a construção de valores e comportamentos de respeito e empatia relativos aos corpos, gêneros e vivências ligadas à sexualidade. É preciso, ainda mais, pensar o dissenso (que não se confunde com a intolerância) como fundamental para recriarmos caminhos e desenvolvermos o que Edith Stein (2004) chamou de empatia.

A capacidade de reconhecer que o outro não é igual a mim e que jamais serei quem ele é. O reconhecimento de que homens não vivenciam a experiência feminina (principalmente aquelas relacionadas às submissões e violências de gênero), mas que há também meninos sofrendo outras formas de agressão muitas vezes indizíveis; que brancos não podem experimentar situações de preconceito e discriminação racial como aquelas vividas por muitos negros e negras, mas que também existem milhões deles que sofrem com a miséria ou com o desrespeito à sua sexualidade; pensar essas especificidades na forma de existir significa considerar que há matrizes muito diversas para o sofrimento humano e que não há hierarquias que determinem que algumas dores sejam mais legítimas do que outras.

É necessário pensar sobre toda e qualquer forma de desigualdade que fira a dignidade, lembrando que elas não se igualam em dimensão. Justamente por não se igualarem é que Stein defende a ideia de um “viver ético”, que pratica o respeito solidário, ou seja, que passa a entender que o querer, o sentir e o agir não tratam de seres individuais, mas de uma dimensão coletiva. Há grupos mais fragilizados e vulneráveis com os quais é preciso pensar formas conjuntas de superação e de justiça. Não podemos representar aquele que difere de nós; não podemos falar por eles o que eles mesmos querem dizer; podemos, no entanto, falar juntos. Colocar em pauta, nas vivências diversas, a demanda “do outro” não é ofendê-lo ou “roubar dele” o seu protagonismo, na medida em que reconhecemos que não somos os mesmos, mas que cada um é “um eu possível” do outro.

Essa perspectiva abre um campo enorme para entender discursos e práticas, opressivos ou libertários, como relações de saber-poder, baseados em verdades, conhecimentos e posturas quanto às identidades e lutas políticas que devem ser problematizadas enquanto naturais e absolutas. Para isso é preciso estar atento aos nossos próprios comportamentos e discursos que, mesmo pretendendo “conscientizar”, “resistir”, “tornar visível” e “libertar”, possam estar atravessados por preocupações que também normatizam; tentam igualar ignorando diferenças; apontam autoridades para dizer e fazer; alimentam visões binárias que não conseguem ir além do masculino e do feminino, do opressor e da vítima, da hetero e da homossexualidade, do negro e do branco, questões necessárias, mas perigosas quando vistas de formas isoladas, cristalizadas, sem dinâmica e sem vida.

É importante nos abirmos para a possibilidade da surpresa nas formas de existir, dos querereres e dos direitos que garantam a dignidade de pessoas e grupos em sua diferença, apesar da igualdade; e em sua igualdade, apesar da diferença, constituindo práticas que nos tornem responsáveis pela vivência plena da identidade de gênero e da sexualidade, em seus aspectos mais diversos. E a opressão não pode ser o único aspecto para unir as diferenças ou para validar as vivências.

O paradoxo da igualdade e da diferença nos leva a tantos outros, tais como ter que pensar sobre os impactos das relações capitalistas, de exploração, sobre as relações de gênero, entendendo que elas convergem ou se atingem mutuamente, mas, ao mesmo tempo, que não são determinantes umas das outras. Acreditar que demandas de mulheres brancas e de classe média (que também sofrem formas de discriminação e violência de gênero) deem conta de abarcar experiências de mulheres negras e pobres é desconsiderar vínculos de exploração e de discriminação racial e ignorar como a opressão capitalista pode alimentar o patriarcado e vice versa, como lembrou Heleihet Saffioti (1987). Porém, considerar que a questão econômica possa dar conta de resolver por si os problemas de raça, de etnia e especificamente de gênero é desconhecer ou não se afetar pela realidade de sujeição e arbitrariedade que atravessam todas as classes sociais e sistemas, até mesmo o próprio socialismo. Afinal, as próprias marxistas feministas já denunciaram tantas vezes os preconceitos e desprezo a mulheres e homossexuais dentro de organizações e partidos de esquerda. As

relações desiguais de gênero e o desrespeito às sexualidades não podem ser resolvidas ou sequer pensadas sem que se leve em conta as redes de poderes e disputas que vão se constituindo inter e intra-gênero.

Assim é preciso duvidar de um gênero pré-fabricado; desconfiar de que a compreensão de liberdade de um grupo possa representar a salvação e a demanda de outros sem que haja diálogos; contestar a noção abstrata e generalizante de que mulheres estejam isentas de práticas e concepções de poder sobre outras (e até mesmo sobre outros); considerar que certos feminismos ou militâncias de gênero e sexualidade possam ser tão naturalizadores e excludores como os movimentos que acusam e combatem e que o entendimento do protagonismo não significa estabelecer fronteiras a tal ponto que signifique o apagamento de outros sujeitos e a recusa em ouvi-los e até mesmo enfrentá-los.

O que ganhamos quando estabelecemos fronteiras fixas para o gênero e a sexualidade? O que acontece quando supomos que certos sujeitos foram e serão eternamente inimigos? Corremos o risco de transformar a cultura – sempre dinâmica e imprevisível – em algo estático, essencialista e natural, e de substancializarmos sentimentos, desejos, expectativas, comportamentos, gêneros corporificados em pessoas, impedindo que entendimentos diversos sobre o que seja desigualdade de gênero sejam conhecidas e reconhecidas, assim como que as diversas possibilidades de superá-las sejam colocadas em discussão.

Como afirmou Raewyn Connell (2016) nem sempre há conexões entre os discursos e as identidades sobre as quais eles são produzidos, pois a dinâmica de gênero e a própria sexualidade subvertem continuamente a ordem normalizadora e normatizadora, inclusive a própria forma de resistência que, muitas vezes, também pretende padronizar e generalizar. Exemplos de como o gênero e a sexualidade podem ser dinâmicos e nem sempre coincidirem com as prescrições de identidades são as inúmeras formas de masculinidades, os homens feministas, as mulheres machistas, o feminismo negro, as transexuais lésbicas, os fluidos, os assexuados; sempre adjetivações em movimento, nunca substâncias (Butler, 2003). Poderíamos, ainda, citar as mulheres e homens do campo, os pescadores e marisqueiras, tantas outras formas despercebidas de ser e de viver a sexualidade e o gênero.

Nesse sentido, refletir sobre uma educação voltada para a democracia e a diversidade se faz urgente, rebatendo posições conservadoras que defendem espaços educativos “neutros”; na verdade, omissos e cúmplices de normas que pretendem disciplinar, ordenar, apagar e fazer sofrer. Também promovendo o questionamento sobre os sectarismos discursivos e comportamentais em grupos restritos, que tomam para si o direito de autorizar as narrativas. Isso requer a diluição das fronteiras; de ordens de autoridades; de hierarquias também entre os chamados “subalternos” para estabelecer quem tem maior legitimidade para sofrer, para dizer e para mandar calar. Como afirmou Luísa Bairros (1995), a questão não é negar as formas de opressão, mas entender que não há uma única matriz para as desigualdades e por isso elas não podem ser universalizadas, generalizadas a relações em tempos e espaços diferenciados. Não há, também, acumulações nem camadas de opressão que possam legitimar mais uma experiência ou autorizar mais uma fala do que outra. Existem sobreposições, intersecções, mas elas não podem ser universalizadas a vivências localizadas, em nome do combate a uma opressão ahistórica, de uma libertação que pode aprisionar. Conhecer em que espaços, tempos e relações específicas se constroem as desigualdades e as subjetividades que estão ali envolvidas deve colocar em evidência a pluralidade, o confronto e as disputas.

Sempre digo aos meus alunos que se quisermos qualificar nossas relações precisamos ficar atentos a três formas de arrogância que nos acomete continuamente. A primeira: “Sou, sei e somente eu posso falar”. A segunda: “Milito, luto e somente eu posso falar”. A terceira: “Estudo, conheço e escolho quem pode falar”. Estas formas de existir e de saber não podem nem devem se excluir, com o grave perigo de impedir qualquer debate, conflito e aprendizado entre diferentes. A condição de ser não é essencializada e cristalizada; não é garantia de que haja a consciência de existir, pois a identidade sobre si e em relação ao mundo só ocorre na interação com o outro, com signos e instrumentos que colaboram para mediar o mundo. Falar de si exige um salto que pode ser promovido a partir da vivência com o discordante, o diverso, o externo, o desconhecido. A consciência também não pode ser um produto exclusivo de certa militância ou dos processos de estudo da Academia, pois não se trata de uma coisa, algo que possa se “levar aos oprimidos”. Cheguei a ouvir, inúmeras vezes, de estudantes que se dizem feministas, que o objetivo de sua militância seria “conscientizar mulheres oprimidas”, “levar a consciência” a mulheres de periferia, da zona rural, às analfabetas, como se estas fossem desprovidas do pensamento sobre suas próprias vidas e isso sempre pareceu apontar para a arrogância que nasce da ignorância.

Apesar da boa intenção em “salvar” outras mulheres, estas concepções revelam um feminismo pequeno, reduzido,

incapaz de enxergar nas vivências que não a de seus pares a constituição também de formas de entender as relações de gênero e a reivindicação do direito de viver com dignidade, independente da militância e do saber intelectualizado. A consciência da existência e de suas implicações, nas mais diferentes dimensões da vida, não pode ser “levada” de um grupo ao outro, mas constituída de forma conjunta. Implica sempre em aprendizado contínuo.

Para entendermos a complexidade desse processo, talvez devêssemos modificar a “regra de ouro”, tão reproduzida no senso comum para mediar as relações humanas: “Não faça ao outro o que não gostaria que fizesse a você”. Em seu lugar, para todo e qualquer enfrentamento e debate sobre gênero e sexualidade consideraríamos: “Não faça ao outro o que ele não gostaria que fosse feito a ele”, pois é a alteridade que deve ser respeitada. Nesse sentido, entenderíamos melhor o apelo de Chimamanda Adichie (2105), uma escritora negra e nigeriana, para que todos nós sejamos feministas: acreditar e defender a igualdade política, social e econômica entre os gêneros, sem hierarquizações. No entanto, sem perder de vista que esse processo deve passar por uma educação que construa pautas coletivas que ao mesmo tempo considerem a dignidade humana como um direito de todos e todas, mas que não entenda que os sujeitos são os mesmos, que o entendimento seja unívoco e que o caminho a se construir seja um só.

Considerações finais

Por meio deste artigo não pretendi fechar questões, mas apresentar breves provocações a partir de experiências vivenciadas com alunos ao longo de minha carreira como professora. Também como pesquisadora, deparei-me com mulheres e homens em situações muito diversas da minha e que colaboraram para diluir certezas acadêmicas e mesmo estereótipos sobre as vivências de gênero e sexualidade. Seriam infundáveis os exemplos para argumentar que precisamos, de forma urgente e contínua, nos dispor de certas convicções para nos colocar em posição de escuta e olhar atentos sobre o que as pessoas ao nosso redor querem tornar visível. O educador Rubem Alves dizia que o momento de encantamento humano é quando somos capazes de olhar o outro com sensibilidade: “Vejo o menino de olhos tristes me estendendo a mão e, por um momento, sou o menino de olhos tristes que me estende a mão”. Enfim, me responsabilizo pela tristeza do outro, que também passa a ser minha.

Esses momentos em que somos tocados pela existência do outro só pode acontecer quando nos abrimos para a diversidade e para a experiência que, muitas vezes, não me pertence. E a escola e a universidade têm sido, cada vez mais, os espaços para prestarmos atenção à multiplicidade de formas de existir e propor ações conjuntas. Debater sobre nossas subjetividades e reivindicações – individuais e coletivas - junto aos nossos “iguais” é, sem dúvida, sempre mais confortável, podendo nos dar uma falsa sensação de proteção e empoderamento. Porém, o incômodo em tentar entender nossas próprias demandas em relação a outros sujeitos pode gerar a busca por discursos e práticas que nos tornam mais confiantes para escolher quais serão as vozes autorizadas a falar por nós e conosco, sem nos preparar para acolher o diverso.

Muitas vezes perdemos a oportunidade de construir, mais do que desqualificar. Afinal, homens não devem discutir a violência cometida contra as mulheres? Brancos não devem dialogar com negros sobre o trauma histórico da escravidão e o racismo? Intelectuais não devem pensar junto às classes mais desfavorecidas sobre a injustiça social? Heterossexuais não devem refletir em concordância ou dissonância com a comunidade LGBT? A categoria “comunidade LGBT” não apresenta conflitos e disputas e não deve debater sobre isso? Não nos constituímos no conflito? A escola e a universidade não devem ser, por excelência, o lugar para estimularmos esses confrontos?

Não será ali – também e não exclusivamente – que devemos construir momentos para questionar se haverá violências mais legítimas e mais contestáveis que outras? Sobre quem pode selecioná-las e apontá-las? Sobre se há critérios de maior ou menor consciência sobre a experiência do outro? Sobre se é possível e quem pode decidir se é hora de determinado indivíduo ou sujeito protagonizar a sua história? Para discutirmos as identidades de si e do outro? Não será ali, também, que teremos que nos enredar no paradoxo da igualdade e da diferença para pensar políticas educacionais e públicas?

Quando optamos por dialogar apenas com o próximo e conhecido e quando o espaço educativo deixa de ser questionador, corremos o risco de também estereotipar, essencializar, discriminar e excluir, utilizando as mesmas ferramentas opressoras dos grupos que acusamos e condenamos por nossa condição. Quando nos admiramos demais uns aos outros como iguais e alimentamos nossos argumentos semelhantes, deixamos de ouvir e ver o que diverge. Desta forma, também podemos dividir e segregar.

Enfim, quando nos isolamos e decidimos compor demandas e dialogar somente com o que nos acaricia, corremos o sério risco de, ao invés de nos fortalecermos, desaparecermos enquanto possibilidade. A educação voltada para o gênero e a sexualidade deve se dar em todo lugar, mas especialmente é responsabilidade de educadores que, junto à militância e às próprias comunidades, precisa provocar incômodos, confrontar diferenças e alimentar a empatia pelo direito do outro.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda N. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BAIROS, Luíza. **Nossos feminismos revisitados**. Estudos Feministas. Ano 3, n.2, segundo semestre 1995, p.458-463.

BENTO, Berenice. **Política da diferença: feminismos e transexualidade**. Disponível em www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/APolíticaDiferençaBereniceBento.doc - acesso em 31 de agosto de 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

LOURO, Guacira. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SAFFIOTI, Heleihet. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. **O enigma da igualdade**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005, p.11-30.

STEIN, Edith. **Sobre el problema de la empatia**. Madri: Trotta, 2004.